

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REALIZADA EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU – REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2024, INSCRITA NO CNPJ SOB N° 47.865.597/0001-09 E NIRE N° 3530003189-0.

Aos nove dias do mês de setembro de 2024, reuniram-se: Sra. Iêda Aparecida Patrício Novais (Coordenadora do Comitê), Sra. Grace Maria Silva Urbano (Membro), Sra. Karina Fonseca Lima (Membro), Sr. Luiz Carlos Nannini (Membro) e Sr. Leandro Toshio Matsuoka (Membro). Convidados os Srs. Diego Cavalcante Bastos (Partner), Vinicius Coelho (Manager) e Thiago Vieira (Director), Francisco Reis (Quality Reviewer Partner) da BDO RCS Auditores Independentes S/S; os Srs. Jorge Krening e Luiz Claudio Simões representantes da Russell BedFord; a Sra. Rosangela Paulino da Silva (Gerente de Contabilidade), Sr. Silvio Boimel (Superintendente de Finanças), Mônica Therezinha Bartié Rossi (Superintendente de Planejamento e Operações), Sr. Adinan Piolli (Superintendente de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno), Sr. Maurício Akhnaton Dorini (Líder da Auditoria Interna) e o Sr. Dauton Emerson de Mello (Gerente do Societário) para secretariar a sessão.

Ordem do dia: 1) *Balanço com a situação das metas – referente ao 1 semestre do Plano de Negócios CDHU – 2024;* 2) *1º ITR;* 3) *Partes Relacionadas;* 4) *Relatórios da Auditoria Interna: Gestão de Obras, Atendimento Habitacional Provisório (Auxílio Moradia);* 5) *Relatório do CAE – 1º ITR.*

O Conselho de Administração da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU, em Reunião realizada em 20/10/2021 acolhendo recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário que a divulgação das atas sejam efetivadas apenas por extrato, considerando o notório caráter confidencial dos assuntos tratados no seu âmbito de atuação e de suas reuniões, devendo as atas na íntegra permanecer arquivadas na Companhia, para exame dos órgãos de controle em consonância com os parágrafos 2º a 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 13.303/2016.